



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**Rio de Janeiro, 07 de abril de 2009.**

**Comunicação nº 101/09- TJD/RJ**

**Despacho do Presidente do Tribunal de Justiça  
Desportiva /RJ**

**Processo 154/09: Recurso Voluntário com Pedido de  
Efeito Suspensivo**

**Recorrente: CR Flamengo ( Alexi Stival e Bruno  
Fernandes da D. Souza)**

**Recorrido: Decisão da 3ª Comissão Disciplinar  
Regional.**

**Despacho: 1. Trata-se de pedido de reconsideração do  
despacho que negou efeito suspensivo ao cumprimento  
das penas impostas ao atleta Bruno Fernandes da D.  
Souza, apenado em duas partidas pela prática da  
conduta descrita no artigo 254 do CBJD e do técnico  
Alexi Stival, apenado com suspensão de 30 (trinta) dias  
por infração ao artigo 188 do CBJD.**

**Os requerentes baseiam seus pedidos no art. 53 § 4º da  
Lei 9.615/98, uma vez que este dispositivo determina  
que o recurso de que trata o § 3º, será recebido com  
efeito suspensivo quando a penalidade exceder quinze  
dias ou duas partidas consecutivas.**

**Primeiramente, destaca-se que com relação ao atleta  
Bruno Fernandes da D. Souza, não há que se falar em  
efeito suspensivo sob hipótese alguma, já que foi  
apenado em duas partidas e o dispositivo invocado em**



## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

tese somente obrigaria a concessão da medida se a condenação fosse de três ou mais partidas.

Contudo, no que se refere ao técnico Alexi Stival, de fato, o § 4º do artigo 53 da Lei Pelé afirma que no caso da pena exceder quinze dias, o recurso será recebido e processado com efeito suspensivo o que poderia levar ao equívoco de se afirmar que tal norma é imperativa.

Este Presidente é partidário da tese de que o efeito suspensivo previsto na Lei Pelé suspende a eficácia da penalidade naquilo que exceder a 2 partidas ou 15 dias, ou seja, somente no dia em que se completar o limite legal é que se estaria obrigado em regra a concessão da medida.

A lei não impõe nem suspensividade total nem tampouco parcial, e a observância do princípio da moralidade pressupõe o cumprimento ao menos do prazo fixado na Lei, ou seja, somente no prazo ou partida excedente é que deve ser atribuído o efeito suspensivo.

Note-se que a decisão denegatória que o requerente pretende a reconsideração foi baseada principalmente no princípio da moralidade do desporto, pois o deferimento da medida poderia gerar um sentimento de impunidade, uma vez que o campeonato se encontra em reta final e se correria o risco de não cumprimento da pena nesta competição.

Como consta dos autos, o técnico requerente será julgado exatamente na véspera de se completarem os quinze dias, podendo a decisão da Comissão Disciplinar ser mantida ou não.

Caso o requerente não seja julgado na data marcada, por motivo de força maior, certamente deverá ser concedido o efeito suspensivo, pois o interregno de 15



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

---

**(quinze) dias estabelecido pela lei, restará de fato  
ultrapassado.**

**Por tais fundamentos, indefiro o efeito suspensivo.**

**2. Ao Procurador;**

**3. Publique-se e cumpra-se**

**Antonio Vandeler de Lima  
Presidente**